

# Justiça e misericórdia: o papel do perdão real na Inglaterra do Século XV

Vitória de Sant'Ana Amorim Ramos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Franca - São Paulo - Brasil

vitoria\_s.a.ramos@hotmail.com

---

**Resumo:** Na Inglaterra durante 1455 a 1485, em meio a diversos outros conflitos, desenrolava-se uma disputa dinástica denominada Guerra das Rosas, na qual os nobres e demais súditos do reino procuram diferentes justificativas para defender ou atacar as duas proeminentes casas reais, a Lancaster – encabeçada por Henry VI (1421-1471) – e a York – representada por Edward Plantagenet (1442-1483). À medida que se desenrolavam os embates e com as constantes mudanças no trono, aumentam-se as solicitações pelo perdão régio, esperando contar com as qualidades piedosas do soberano. Tendo isto em vista, lançando mão de duas crônicas, a *Chronicle of the Rebellion in Lincolnshire, 1470* e a *History of the Arrival of Edward IV in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI (1471)*, ambas escritas por autores anônimos. Trabalharemos as descrições sobre a concessão do perdão e a forma que tais narrativas buscaram exaltar as virtudes do então rei Edward IV (1461-1470; 1471-1483). Dado que o soberano deveria agir em nome do *commonweal*, amparado pelos valores da moral cristã, mostraremos como tais escritos justificaram a legitimidade desse monarca e suas ações na guerra através da sua piedade e misericórdia, evidenciando a importância de tal característica para a longevidade do reinado de Edward IV e para a organização do reino inglês.

**Palavras-chave:** Perdão régio. Inglaterra. Século XV.

---

## Introdução

Durante os séculos XIV e XV na Inglaterra, desde 1327 a 1485, observamos múltiplas deposições de soberanos, as quais não ocorreram simplesmente embasadas na justificativa da conquista pós a guerra, mas também apoiadas por um desejo dos nobres e dos comuns que, de acordo com alguns documentos do período, não mais suportavam os sofrimentos incididos no reino por uma má administração. Assinala-se uma mudança na visão que os homens possuíam do poder, deixando de ser uma consequência do pecado original, passando a ser encarado como uma forma de controle do mal presente no reino, articulando-se com a noção de bem-comum (PRODI, 2005, p. 180-181). Complementarmente, temos no reino inglês um crescimento da autoridade parlamentar e a intensificação da sua interferência nos assuntos da coroa, aumentando gradualmente o seu poder, justificando-se através da defesa que o *commonweal* dos súditos e as decisões tomadas pelo soberano deveriam estar em constante harmonia, permitindo que esse último fosse confrontado ou substituído uma vez que a desarmonia se estabelecesse. Confere-se assim

uma nova forma de relação entre os atos tomados pela coroa e os súditos do reino, sendo que a cada descontentamento estabelecido entre eles emergia a ameaça de disputa pela governança. Portanto, recorrentemente se apresentava o uso das virtudes régias como justificativa para a troca do monarca, acusando-os de atitudes maliciosas contrárias ao bem dos súditos, da cristandade e atestando sua incapacidade para o governo (DUNHAM; WOOD, 1976, p.738-740).

Dentro desta disposição, entre os anos de 1455 e 1485<sup>1</sup>, o reino inglês passa por um evento denominado de Guerra das Rosas<sup>2</sup>, na qual Henry VI (1421-1471) da casa Lancaster vê-se na necessidade de defender o seu trono contra as investidas dos homens da casa York. As alianças feitas e as justificativas pelas disputas entre esses nobres remontam às políticas do século XIV estabelecidas por Edward III (1312-1377). O rei casou seus descendentes com grandes famílias nobres, favorecendo-os não somente com largas porções de terras, mas também formando um Parlamento majoritariamente composto por participantes da família real, de tal maneira que suas decisões tomadas pelo futuro soberano estivessem em consonância com a vontade dos parlamentares (MOWAT, 1914, p.05). Embora tal prática tivesse em vista um reinado harmônico entre a nobreza e a coroa, tendo em vista a proximidade sanguínea que possuíam entre si e a riqueza desses homens, tais nobres passam a ter autoridade e poder suficiente para decidir sobre a continuação régia.

Nessa esteira, Richard Plantagenet (1411-1460), duque de York, ao apresentar suas críticas ao soberano Lancaster e o seu direito sobre o trono em 1450, argumenta ao parlamento a sua prioridade sanguínea, devido a sua descendência materna, a qual provinha do segundo filho de Edward III, Lionel da Antuérpia (1338-1368), conjuntada com a sua linhagem paterna, que, por sua vez, procedia do quarto filho do mesmo rei, Edmund Plantagenet (1341-1402). Desta maneira, o duque teria preferência ao trono quando comparado com Henry VI, sendo a dinastia Lancaster derivada de John de Gaunt (1340-

---

<sup>1</sup> Comumente o conflito pode ser dividido em três partes: a primeira de 1455 a 1460 concerne a disputa de Henry VI, da casa Lancaster, contra Richard Plantagenet, duque de York; seguida pelo segundo momento de 1461 a 1471, no qual, tendo em vista a morte do duque, assume o conflito seu filho Edward Plantagenet, contra o mesmo soberano; e, por fim, em 1485 há a disputa entre Richard III (1452-1485), irmão do falecido rei de York, e Henry Tudor (1457-1509). Com a vitória da família Tudor na Batalha de Bosworth Field, coroa-se Henry VII o próximo monarca inglês e inicia-se a dinastia dos famosos Tudor. Neste trabalho, incidiremos a análise para as duas primeiras partes da guerra, destacando-se a ascensão de Edward IV.

<sup>2</sup> Nem Henry VI, nem Edward IV, ou Richard III, utilizaram a rosa como um emblema durante o conflito, ela aparecerá apenas após Henry VII assumir o trono e casar-se com Elizabeth de York (1466-1503), a qual, por sua vez, adota a rosa branca da família de seu pai como seu "emblema pessoal". Ademais, ressalta-se que a nomenclatura "Rosas" e a caracterização destes trinta anos de conflito foram estabelecidas apenas no século XIX, entretanto, convencionou-se nos estudos históricos utilizar esta denominação. Dessa forma, no desenrolar deste trabalho também referenciaremos a este evento como "Guerra das Rosas" (POLLARD, 1988, p. 06-13).

1399), o terceiro filho. Neste primeiro momento, a sua reivindicação não é considerada pelos nobres, sendo o responsável por apresentá-la, o nobre Thomas Young (1405-1476), preso na Torre de Londres sob a acusação de conspiração contra o soberano (ROSS, 1974, p.05). Todavia, já em 1460, após os ataques de enfermidade do monarca e o aumento do descontentamento com componentes do Conselho Privado, bem como com a rainha, Margaret D'Anjou (1430-1482), o Parlamento declara o duque de York e todos os seus descendentes herdeiros de Henry VI, retirando o filho desse com a rainha francesa do direito ao trono. Portanto, tendo em vista o Estatuto da Traição de 1352, quaisquer ofensas imaginadas, planejadas e/ou cometidas contra o dito duque e seus herdeiros seriam consideradas crimes de alta traição.

Liderando a guerra apenas após a morte de seu pai, Edward Plantagenet (1442-1483), conde de March e herdeiro do ducado de York, já no início do ano de 1461, derrota as tropas do rei Lancaster na batalha da Cruz de Mortimer e em Londres na segunda batalha de St. Albans. Entretanto, dada a sobrevivência e fuga de Henry VI no conflito e, portanto, a impossibilidade de colocar em prática a decisão parlamentar, buscam-se outras formas para legitimar a sua ascensão ao trono, encontrando-as não somente na justificativa pela conquista, mas principalmente nas suas virtudes<sup>3</sup> e na eleição parlamentar. Assim, logo na primeira sessão parlamentar do seu reinado, os nobres passaram a atacar as ações dos antepassados do rei Lancaster a fim de denunciar o assassinato de Richard II (1367-1400), afirmando que era por este pecado que a Inglaterra sofria com as maldades de um reinado não justo, tornando-os os grandes inimigos da paz. Assinalam que durante o governo de Henry VI ocorreram extorsões, assassinatos, estupros, derramamento de sangue inocente, tumultos e falta de sabedoria, opondo-o às qualidades de um bom reinado, o qual deveria possuir paz, riqueza, justiça, bom governo, prudência e virtuosos diálogos, considerando a temperança, boa governança, execução da justiça e a misericórdia. Portanto, “pela vontade geral dos nobres e comuns, pela graça de Deus e desejo do Parlamento”, coroa-se em 1461 Edward IV rei da Inglaterra, Irlanda e França (DUNHAM; WOOD, 1976, p. 752-753).

Em sua obra, *De Regimine Principum*, Egídio Romano (1243-1316) apresenta-nos o soberano como responsável por direcionar o seu reino, através do seu governo, em direção

---

<sup>3</sup> Destaca-se que simplesmente pelo seu alto nascimento, Edward Plantagenet, já teria direito a proeminentes posições dentro da política inglesa. Conjuntamente a isto, ressalta-se toda a sua educação direcionada aos princípios e recomendações para a governança. Embora pouco se saiba sobre a sua infância, algumas correspondências trocadas entre seu pai e os responsáveis por sua criação – a qual ocorreu em sua casa em Ludlow –, relatam-nos a sua dedicação aos estudos e a ênfase ao treinamento moral, aprendendo as virtudes que um príncipe deveria possuir (ROSS, 1974, p.06-09).

a bons objetivos, devendo, portanto, possuir tantas qualidades exemplares que fariam dele quase um semideus. Ressaltava que um reinado sem boas virtudes e bons conselhos, sendo guiado somente pela paixão ao invés da razão, seria tirânico, os quais tendem a não durar e terminar de forma violenta (BRIGGS, 1999, p.61-62). Portanto, a justiça e a misericórdia, bem como as outras *virtutes politicae*, eram determinantes para a boa governança e, neste período, para a não remoção do monarca por seus vícios e incapacidade. Destaca-se que as qualidades exigidas pelos súditos ingleses não eram sempre as mesmas, mas sim dependiam do período em que o reino se encontrava. Por exemplo, durante o reinado de Henry V (1386-1422), tendo em vista a Guerra dos Cem Anos contra a França, a sua coragem e habilidades na guerra foram os principais aspectos destacados para a sua legitimidade – assim como o fez seu pai, Henry IV (1367-1413).

Os primeiros anos do reinado de Edward IV são marcados por rebeliões e tentativas de restauração do herdeiro de Lancaster ao trono, sendo muitas vezes a medida do perdão real utilizada como instrumento para o apaziguamento do reino e defesa do seu governo. A concessão do indulto mostrou-se mais do que uma forma de poupar o indivíduo de uma sentença injusta, mas sim como um ato quase sacramental de mercê da graça real, efetivado pela maior autoridade secular no reino, isto é, acima das noções do direito natural e do direito positivo encontra-se a ordem da Graça divina sobre os seres terrestres, um ato exclusivo de Deus e responsável por, de acordo com o merecimento, conceder milagres aos fiéis. O soberano, como vigário divino dentro do reino, possuiria a mesma capacidade. Dessa forma, ao perdoar seus inimigos, Edward IV “imitava” tal poder, ligando assim o Paraíso com a Terra (HESPANHA, 2005, p.175-178).

Analizamos tais conflitos através de duas crônicas<sup>4</sup>, a *Chronicle of the Rebellion in Lincolnshire, 1470* e a *History of the Arrival of Edward IV in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI* (1471), as quais tinham como objetivo defender o soberano de York e culpabilizar os seus inimigos pela violência e conflitos que acometiam a Inglaterra, buscando, em última instância, memorizar os feitos deste monarca e apresentar as suas virtudes, legitimando o seu direito ao trono. Ambos os escritos selecionados se inserem em um contexto de avanço da linguagem vernácula para difusão de saberes e de crescimento e

---

<sup>4</sup> No estudo optou-se por utilizar a transcrição das crônicas encontradas na obra *The Contemporary English Chronicles of the Wars of the Roses*, editada por Dan Embree e M. Teresa Tavormina e publicada em 2019. Tal obra foi escolhida não só por manter a grafia original do manuscrito em sua transcrição, mas também por ser uma edição crítica desses documentos, isto é, considerou-se em sua formulação edições anteriores destes escritos. Além disso, também lançamos mão da primeira transcrição conhecida destas crônicas, ambas lançadas pela The Camden Society.

diversificação da produção crônística. Entretanto, estes dois escritos, produzidos por autores anônimos, destacam-se por sua novidade: a de serem, na Inglaterra, as primeiras solicitadas diretamente pela coroa e serem desenvolvidas sob a tutela real (GIVEN-WILSON, 2015, p.204-206). Dessa forma, apresentam, no decorrer da narrativa, cartas pessoais trocadas entre o rei e seus súditos, as reações dele com o desenrolar dos eventos e as estratégias estabelecidas, mostrando que, embora anônimos, seus autores eram próximos do soberano.

Apesar de serem muitas vezes caracterizados como meras descrições sobre os movimentos militares empregados pelo exército York e diminuídos por serem considerados propagandísticos e exagerados,<sup>5</sup> tais escritos deixam ver os valores que eram considerados, naquele momento, como importantes para a legitimação do direito de Edward Plantagenet ao trono, bem como os problemas existentes no reino e como o dito monarca buscou solucioná-los. A *Chronicle of the Rebellion...* aborda a segunda ofensa do conde de Warwick, Richard Neville (1428-1471) e do duque de Clarence, George Plantagenet (1449-1478), e como Edward IV foi enganado e traído por estes dois nobres, sendo responsáveis por incitar a rebelião contra o soberano. Interessa-nos observar que a narrativa é desenvolvida através da confissão de outros nobres envolvidos nos embates, na qual identificam o conde e duque como fomentadores e controladores da revolta, enquanto alegavam ao soberano que se encaminhavam com suas forças para ajudá-lo a derrotar os rebeldes. Já na *History of the Arrival...*, o autor concentra a sua temática na reconquista do trono inglês por Edward IV em março de 1471, apresentando as estratégias estabelecidas pelo deposto monarca e seus aliados e algumas indicações sobre o passado e a genealogia das duas dinastias conflitantes, indo até o momento da morte de Henry VI. Após a vitória da casa York na rebelião de Lincolnshire, os dois principais revoltosos, o conde de Warwick e o duque de Clarence, fogem para a França buscando intermediação do rei Louis XI (1423-1483), que dava abrigo para a sua sobrinha, a deposta rainha inglesa, Margaret de Anjou, e seu filho. Nesta narrativa, George Plantagenet é apresentado como o irmão arrependido, solicitando o indulto à Edward IV e intervindo em nome de Richard Neville.

Ambos os escritos apresentaram o conde de Warwick, Richard Neville, antigo aliado e primo do monarca, como o principal inimigo da paz do reino, juntando-se a ele, no desenrolar da primeira rebelião, o irmão do rei George Plantagenet. Tais nobres são

---

<sup>5</sup> Muitas vezes tais documentos são apresentados pela historiografia inglesa mais como folhetos políticos do que propriamente como crônicas, desconsiderando-se a forma como os seus autores as chamaram e ressaltando seu caráter de propaganda do reinado de Edward Plantagenet (GIVEN-WILSON, 2004, p. 205-207).

descritos como traidores sem motivações, pois mesmo possuindo a confiança e o afeto de Edward IV, ainda assim “[...] sem causa ou ocasião dada para eles pelo dito lorde soberano, falsamente e sem verdade compassaram, conspiraram e imaginaram a final destruição de sua mais real pessoa [...]”<sup>6</sup> (CHRONICLE, 2019, p. 139).

Por meio destes documentos percebe-se uma alteração na forma que os atos de traição eram descritos e encarados pelo narrador, buscando em outros casos elucidar quais foram as motivações dos atos cometidos pelos nobres, bem como para a participação dos comuns nestes eventos. Para esses últimos, na supracitada revolta, afirma-se que foram feitas declarações no condado anunciando que o soberano estava vindo a fim de destruí-los, dessa forma, eles deviam sob a dor da morte resistir à sua chegada (CHRONICLE, 2019, p.139-140). Similarmente, apresenta-se os líderes da rebelião de Lincolnshire, nomeadamente Sir Robert Welles (1446-1470) e Richard Warin (m.1470), afirmando que

[...] entendendo que a vida do seu pai, Lorde Richard Welles, estaria comprometida, dada a mensagem entregue a ele, sabendo também que o rei estava naquela noite de domingo em Fodringhay, e que isto implicava que ele não passaria em Stanford naquela segunda, sem intenção de efetuar qualquer submissão ou o bem de seus companheiros, mas dispoendo que era boa a sua parte contra a sua majestade, e traiçoeiramente levantou-se contra onde a sua alteza estava, [...] e assim resgataria a vida de seu pai [...].<sup>7</sup> (CHRONICLE, 2019, p.142).

Tais justificativas davam oportunidade para que os revoltosos peticionassem pela mercê régia, tendo em vista ou os serviços que já prestaram para o reino, ou por suas ações em prol da causa do soberano, ou através da intercessão de algum membro da corte ou do parlamento. Dessa forma, ao contrário do que foi apresentado sobre o conde de Warwick e o duque de Clarence, o cronista observava nos atos traiçoeiros de Robert Welles a crença de que fazia o bem e a necessidade de resgatar a vida de seu pai.

Similarmente, temos, na *History of the Arrival* [...], um levantamento de hipóteses e motivações elaboradas pelo cronista a fim de relatar o porquê de, ao passar por territórios inimigos, isto é, os quais estavam sob o controle de nobres abertamente apoiadores da restauração de Henry VI, Edward Plantagenet e seus homens não se depararam com obstáculos para sua passagem. Dentre suas especulações, lança-se mão de diversos fatores

<sup>6</sup> “[...] vnnaturally & vnkyndly, withoute cause or occacion yeven to theym by our saide soueraigne lorde, falsly & vntruly compassed, conspired, & ymagened be final destruccion of his most roiall persone [...]”.

<sup>7</sup> “[...] vndrestonding his fadre life to be in joperdie, by a message brought hym from his fadre, knowing also bat the king was bat Sonday at nyght at Fonddddringhay, and demyng bat he wolde not have passed Stanford be same Monday, not entending to make eny submissione ne beyng his felaship, but disposing hym to make his parte good ayeinst be king, & traytourly to levie where ayeinst his higness, [...] & so reskued his fadre lyf [...]”.

tais como: o amor que os súditos poderiam ter não só ao herdeiro de York, mas também à memória do falecido duque, não sendo capazes de fazer algum mal a este; a recente perda de entes queridos sofrida por muitos destes nobres; a grande virtude e motivação dos homens que acompanhavam Edward IV, estando seus inimigos despreparados para enfrentá-los; e, por fim, destaca-se a possível falta de soldados para a defesa pessoal destes nobres, bem como para a causa do rei de Lancaster, evidenciando uma baixa adesão ao retorno deste soberano ao trono (HISTORY, 2019, p.161-162). Ao seu ver, todas estas eram justificativas mais do que suficientes para explicar a inatividade destes homens perante o inimigo de seu soberano, rompendo com os votos de fidelidade uma vez feitos.

Ademais, o próprio Edward IV, ao chegar no território inglês, observando que nem todos os súditos eram adeptos de sua causa, passa a declarar abertamente que o seu único desejo era reaver o seu título por direito, isto é, o ducado de York, não desejando fazer mal algum ao soberano Lancaster, recomendando a todos os seus apoiadores que anunciassem o mesmo. Através desta justificativa o cronista aponta que os comuns passam a aceitar e a aderir à sua causa, “[...] não descobrindo nem lembrando que o seu dito pai, para além de ser o legítimo duque de York, era também o muito verdadeiro e certo herdeiro do reino e coroa da Inglaterra etc., e também ele foi [assim declarado] pelos três estados da terra em parlamento [...]”<sup>8</sup> (HISTORY, 2019, p. 160).

Tendo em vista tais eventos e a narrativa das crônicas aqui apresentadas, o presente trabalho incidirá em dois juízos morais considerados como fundamentais para a longevidade do reinado de Edward IV, bem como para a triunfal reconquista do reino ocorrida em 1471: a justiça e o perdão. Embora tenha-se como balizas para o estudo a *History of the Arrival* [...] e a *Chronicle of the Rebellion* [...], como destacado acima, os valores a serem aqui abordados foram evidenciados e ressaltados desde o início de sua ascensão ao trono e estiveram presentes em outros escritos do período, os quais, portanto, também foram considerados em segundo plano para a análise. A busca por uma verdade ou um espelho para os conflitos desenvolvidos durante a Guerra das Rosas não foram preocupações do presente trabalho, isto é, os exageros cometidos pelos cronistas ou a sua “imparcialidade” sobre os eventos não interferiam na realização da pesquisa; analisamos esses escritos pelo papel que exerceram no período de sua produção, ou seja: crônicas legitimadoras do soberano York, as quais lançaram mão dos valores cristãos e das escolhas que o monarca e os nobres fizeram a fim

---

<sup>8</sup> “[...] not discoveringe ne remembrance bat his sayd fathar, bisydes that he was rightfully Duke of Yorke, he was also verrey trew & righthwise enheritoure to be royelme & corone of England & cetera, and so he was [declared] by iii astates of be land at a parliament [...]”.

de justificar as ações desses homens. Seus autores decidiram quais características nobiliárquicas valiam a pena ser mencionadas e a importância que possuíam para a defesa do rei e a denúncia dos traidores. Por fim, o presente trabalho buscou cercar as ações tomadas pelo representante da coroa e pelos componentes da nobreza envolvidos e caracterizados na narrativa, considerando as ações tomadas e as justificativas conferidas para estas, tendo em vista as recomendações morais vigentes e o desenrolar dos conflitos.

### A Mercê Real na Revolta

[...], e se o conde pudesse declarar a si próprios e mostrar que tais acusações eram vãs e não verdadeiras, ele teria com isso, felizmente os recebido em sua graça e favor. E, embora o conde não pudesse fazer isto, ainda assim a sua alteza não esqueceu da proximidade que seu sangue possui com o dele, nem do antigo amor e afeição que por um longo tempo nasceu entre eles, ministrando para eles com certeza o favor e a piedade.<sup>9</sup> (CHRONICLE, 2019, p.147).

Ao analisarmos as descrições efetuadas pelos cronistas sobre os eventos ocorridos durante o reinado de Edward IV, especialmente no que concerne aos momentos de conflito percebe-se que continuamente ambos os autores buscam mostrar a sua confiança sobre a fidelidade dos seus nobres, principalmente o conde de Warwick, Richard Neville e, no caso da rebelião de Lincolnshire, o seu irmão duque de Clarence, George Plantagenet. Até mesmo após encontrar as comunicações entre tais nobres e os soldados da dita rebelião, o soberano ainda possuía ressalvas sobre a verdade da participação destes em fomentar o conflito, passando a crer apenas após a confissão dos líderes, os quais a faziam de vontade própria e não compelidos pelo medo da morte ou outro “[...] confirmando e confessando o dito duque e conde serem parceiros e chefes provocadores de todas as suas traições.”<sup>10</sup> (CHRONICLE, 2019, p.144). Ainda assim, encarando-os não somente como nobres ingleses, mas também como seu primo e irmão, tendo em conta o antigo amor e afeto que por um longo tempo tiveram um pelo outro, apesar das ações mais hediondas cometidas por ambos, o soberano preferiu usar de seu favor e piedade, concedendo-lhes o perdão régio.

Já a narrativa de *History of the Arrival* [...], considerando a união do conde com a rainha Lancaster, temos em destaque a descrição de George Plantagenet como o irmão arrependido, o qual é recebido por seu irmão mais velho de coração, prometendo-lhe

<sup>9</sup> “[...] and if they couthe haue declared theymsel & shewed be said accusacions van & vntrue, he wolde haue be berewithe as gladde as theymsel & so haue taken theym in his grace & fauour. And thoughe thay couthe not so haue doon, yit his highnesse wolde not haue forgotten be nyghnesse of blode whiche theywere of to hym, ne be olde love & affeccion whiche of long tym he had borne to theym, but wolde haue mynistred to theym rightwissenes withe fauour & pite.”

<sup>10</sup> “[...] knowleged & confessed be saide duc & erle to be partiners & chef prouocars of all beir treasons”.



largamente a sua graça e bom amor. Para além disto, o cronista atesta a intercessão feita entre este último para com o conde de Warwick, a fim de trazer a paz entre ele e Edward IV, afirmando que “[...] [o rei] estaria contente em mostrar grandemente a sua graça, com diversas boas condições e proveitosa para o conde caso ele as aceitasse.”<sup>11</sup> (HISTORY, 2019, p.167). Ressalta-se que tais cartas e declarações não se apresentam como meramente despropositadas, muitos estudiosos duvidam sobre as reais disposições do soberano em relação a concessão do indulto para seu primo, ou até que ponto ele realmente acreditava nos votos de fidelidade de seu irmão. Entretanto, a fim de analisar essas documentações, não se empenhou em especular reais intenções, mas sim observar como suas idiosincrasias e o seu agir são retratados, destacando a misericórdia e piedade que possuía para com os seus. Observa-se que em ambas as narrativas, dentre as negociações relatadas por seus autores, predomina-se a descrição sobre a má índole do conde de Warwick e sua culpabilização pelos conflitos, opondo-o à caracterização de Edward IV e à afirmação do seu desejo pela paz, manifestado na concessão do perdão aos seus inimigos, evidenciando, assim, aos seus súditos que o derramamento de sangue, a violência e os conflitos estabelecidos não eram de sua vontade.

Desde o início de seu reinado, o herdeiro de York mostrou-se como um governante disposto a reconciliação, perdoando os nobres que se aliaram à causa Lancaster com a condição de que estes jurassem publicamente sua fidelidade, reconhecendo-o como governante legítimo da Inglaterra e que tivessem uma renda abaixo de 100 libras por ano. Conjuntamente a tal medida, incluiu-se uma lista de vinte e dois grandes barões e lordes ingleses que não aproveitariam desta graça (ROSS, 1974, p.35). Tal decisão permitiu que seus inimigos recuperassem suas forças e influência, possibilitando a breve restauração do reinado de Henry VI ao fim de 1470. Entretanto, suas atitudes iniciais, apesar de terem prejudicado parcialmente a estabilidade de seu reinado, não foram simplesmente despropositadas, mas sim influenciadas pelas acusações feitas ao governo do herdeiro Lancaster e pelas petições apresentadas ao Parlamento após a sua coroação. Dessa forma, ao defenderem o soberano, ambos os cronistas incidem seus elogios à piedade, misericórdia e à importância e preocupação que Edward conferia ao bem-comum, dando-lhe, tal como teve seu pai, o apreço e afeto dos súditos.

---

<sup>11</sup> “[...] was content to shew hym largely his grace, with dyvars good conditions, & profitable for th’erle yf that he would have acceptyd them”.

Complementarmente, destacam-se outros escritos do período tal como a *Howard's Chronicle*<sup>12</sup>, a qual, opondo a figura do herdeiro de York à do monarca Lancaster descreve-o como imbecil e incompetente, declarando Edward IV como, próximo aos seus vinte anos de idade, eleito e solenemente escolhido para Rei da Inglaterra (HOWARD, 2019, p. 100). Para além das virtudes, convém ressaltar como o cronista em suas descrições reforça a ideia de eleição do soberano – nomeando-o em outras passagens como o “eleito Rei Edward” –, apresentando, conjuntamente, a alegria com a qual os comuns recebiam as notícias de sua vitória, evidenciando uma ampla aceitação destes para com a sua ascensão ao poder.

### Executando a Justiça Régia

Primeiro como o nosso dito lorde soberano [Edward IV], como um príncipe inclinado a mostrar sua misericórdia e piedade para com seus súditos, ao invés do rigor e dureza de sua lei, perdoou há pouco seus ditos rebeldes de todas traições e crimes, transpasses e ofensas cometidas e feitas por eles contra a sua majestade antes das festas de Natal ano passado [...].<sup>13</sup> (CHRONICLE, 2019, p.139).

Ao refletirmos sobre os problemas que permitiram que Edward IV tivesse um amplo apoio em sua batalha pelo trono inglês, destaca-se a falta de execução da justiça presente no reinado de Henry VI. Tal falha apresenta-se desde as rebeliões efetuadas pelos comuns ao descontentamento dos nobres – evidenciado pelas acusações e exigências presentes nas petições. Em uma carta encaminhada aos cidadãos de Shrewsbury, Richard duque de York, apresenta-nos que a inatividade por parte do soberano não implicava apenas em uma carência da punição mundana, mas também impedia a efetivação da justiça divina, pois, sendo ele o representante de Deus no reino deveria julgar e punir tais conselheiros viciosos que traziam desgraças à Inglaterra (GILES, 1843, p. XXIX-XL). O trecho destacado acima, apresentado logo no início da *Chronicle of the Rebellion* [...], faz referência aos eventos de 1469, quando, pouco antes das festividades de Natal, o conde de Warwick e o duque de Clarence colocam em prática a primeira ofensiva contra o soberano de York, sequestrando-o e assassinando o pai e irmão de sua rainha, Elizabeth Woodville (1437-1492). Embora o cronista não efetue uma descrição detalhada dos acontecimentos dessa rebelião e os crimes cometidos contra Edward IV e sua família, evidencia-se não somente a caracterização da

<sup>12</sup> Tal crônica também está presente na obra *The Contemporary English Chronicles of the Wars of the Roses*, editada por Dan Embree e M. Teresa Tavormina e publicada em 2019.

<sup>13</sup> “Furst howbeit bat our said souueraigne lorde, as a prince enclined to shew his mercy & pite to his subgettes raither ben the rigure & straitnesse of his lawez, pardonned of late to his saide rebelles all treasons & felonez, trespasez & offence committed & doon by theym ayeinst his highenese afore be fest of Cristenmes last past [...]”.

sua inclinação à misericórdia e piedade, mas também à afirmação da não demonstração da severidade e rigidez de sua lei.

Ao abordarmos a justiça e as virtudes do governante, destacam-se alguns tratadistas medievais os quais voltaram seus estudos para a boa governança. Dentro da Inglaterra do século XV documenta-se uma grande difusão dos escritos e das ideias de Egídio Romano entre os nobres da corte, especialmente a obra *De Regimine Principium*, tendo essa uma grande influência na educação de Edward IV, dado o gosto que o duque de York, seu pai, tinha por tal produção. De acordo com os ensinamentos presentes na dita obra, apresenta-se que o soberano seria melhor juiz do que qualquer lei escrita – *positive law* –, pois possuiria a capacidade de analisar as particularidades de cada processo, podendo perceber quando a inflexibilidade da regra causou ou causaria alguma injustiça para com os seus súditos, justificando-se, dessa forma, a própria existência da monarquia (BRIGGS, 1999, p.62). Como último juiz, ele poderia interferir ou não em determinado caso ou sentença de acordo com a necessidade, sendo, no caso da Inglaterra, o seu principal instrumento a concessão do perdão real. O tratado ainda assinala que, para executar este papel, além da necessidade de possuir uma boa legislação, demandava um soberano com virtudes exemplares, governando de acordo com a razão e a lei.

Ao trabalharmos as formas do exercício da justiça real, isto é, o papel que o rei efetivamente possuía dentro da execução da lei e a importância da sua atuação dentro de um julgamento – sendo a sua inatividade, como visto acima, justificativa suficiente para sua remoção do governo – debruçamo-nos sobre questões voltadas à autoridade do reino, do parlamento e a relevância do *commonweal*. Desde o século XIV a Inglaterra passa por uma modificação no seu sistema judiciário, o qual não dava mais conta de todos os casos, isto é, crimes e petições, que necessitavam o parecer de um tribunal. Sendo assim, a fim de manter a ordem e buscar diminuir as reclamações sobre a ineficiência da justiça real, iniciou-se uma divisão da jurisdição, criando-se as cortes comuns, aumentando as cortes das chancelarias, ampliando as funções e a proeminência das cortes senhoriais e eclesiásticas. Tais políticas permitiram que outros membros distintos da sociedade executassem um papel mais ativo na preservação da disciplina moral e concederam a possibilidade de uma maior especificação da ação da chancelaria real, diminuindo, conseqüentemente, os casos de interesses do soberano bem como a sua participação.

Neste período, as noções de ordem e lei eram inseparáveis aliadas tanto no âmbito público quanto no doméstico, de tal forma que as noções de obrigações para a manutenção dela voltavam-se para todas as hierarquias da sociedade inglesa dentro de suas respectivas

funções. Em um cenário mais amplo, a legislação apresentava a promessa de manutenção da autoridade em um mundo que comumente não possuía, ocorrendo através dela a regulação e o reforço do ideal de harmonia social e das diretrizes morais (WALKER, 2006, p.91). Dessa forma, ao depender desse sistema de cooperação com outros nobres e outros tribunais para executar a justiça e condicionar a paz, com um crescente grupo de especializados na lei – tal como advogados e juízes – o soberano depara-se com um problema inevitável: a busca de interesses privados por parte desses que ocupavam cargos de importância, o cometimento de crimes e injustiças, e, dada a sua importância, o livramento destes por suas infrações. A justiça do rei incorporava uma concepção positiva e intervencionista da ordem, portanto, quando se tinha algum problema na sua execução as questões e o descontentamento dos comuns recaíam sobre a coroa. À vista disso, quando os comuns começam a ter problemas com os nobres, conselheiros do rei Henry VI e com cargos importantes na administração da Inglaterra – por exemplo, responsáveis pela regulação dos impostos no reino – voltam-se a coroa exigindo uma resposta e uma atitude em relação aos abusos cometidos por esses. Ao não receberem uma resposta favorável do soberano, inicia-se a Rebelião de Jack Cade<sup>14</sup> (?-1450) em 1450, demonstrando-nos uma participação ativa dos súditos nesses problemas, o risco que poderiam apresentar – tendo em vista o Lorde do Tesouro, Dito e Selo, James Fiennes (1395-1450), foi decapitado pelos revoltosos – e a importância, portanto, que a manutenção da ordem, da paz e da justiça teria para a estabilidade do reinado de Edward IV.

Desta maneira, os cronistas ressaltam a devoção do soberano de York para com as suas leis, mas também o seu compromisso para com os seus súditos. No desenrolar dos eventos da batalha com o exército levantado por Robert Welles, após convencer os rebeldes a se dispersarem e abandonarem o conflito – o qual, naquele momento, inevitavelmente terminaria com a derrota dos revoltosos –, o monarca ainda no campo

[...] sob a exibição do seu banner comandou a execução do dito Lorde Welles e Sir Thomas Dymmonke, e então adiante com o procedimento contra seus rebeldes, pela ajuda do Todo Poderoso Deus, atingiu a vitória e apreendeu mais de 300 homens, usando a partir de então abundantemente da sua misericórdia

---

<sup>14</sup> O condado de Kent, durante os séculos XIV e XV, é conhecido pelas suas rebeliões, sendo lembrado na *History of the Arrival [...] pelo cronista ao abordar os problemas causados por Thomas Neville (1429-1471). Durante estes séculos ocorrem três revoltas fomentadas pelos *kentishmen*, a saber: A Revolta dos Camponeses em 1381, a própria Rebelião de Jack Cade em 1450, e a Rebelião do Bastardo de Fauconberg (Thomas Neville) em 1471. Nos estudos sobre estes conflitos, aponta-se também o grande papel exercido por esses homens na Rebelião de Lincolshire (EMBREE; TAVORMINA, 2019, p. 338).*

para salvar as vidas dos seus pobres e infelizes comuns.<sup>15</sup> (CHRONICLE, 2019, p.143).

No trecho observamos o uso de duas caracterizações da execução da justiça régia, pois, enquanto em uma mão o soberano se arma do rigor de sua lei, isto é, a pena de morte para aqueles que imaginam ou tramam a destruição de sua pessoa ou dos seus – assim como era previsto no Estatuto da Traição de 1352 – na outra apresenta-se a mitigação da pena dos demais envolvidos, tomando a decisão de poupar os seus pobres e infelizes súditos. As ações de Edward IV para com os comuns se voltavam, continuamente, para a proteção destes, destacando continuamente que as violências, perdas e os sofrimentos infringidos aos súditos não eram de sua vontade. Ademais, ressalta-se que ao conceder o indulto ao dito duque e conde, com o fim da rebelião e após a confissão de seus líderes, o soberano considera que ouviria as declarações de ambos os nobres, sendo a não consideração destas uma falha “[...] perigosa e um mal exemplo a todos os seus outros súditos em caso parecido, e de grande insegurança para a pessoa e para o bem-comum do seu reino [...]” (CHRONICLE, 2019, p. 146)<sup>19</sup>. Embora soubesse que eles não poderiam negar as acusações, dar-lhes-ia uma chance de se defenderem.

Destaca-se que dentro da concepção da política inglesa, a virtude cardeal da Justiça é encarada como temperada pela misericórdia e pela piedade, enquanto está em constante conflito com a virtude da Caridade que, por sua vez, não pode ser completamente compreendida sem a qualidade da clemência. A concessão do indulto régio mostra-se mais do que uma forma de poupar o indivíduo de uma sentença injusta, mas sim como um ato quase sacramental de mercê da graça real, efetivado pela maior autoridade secular no reino. Inclui-se-neste poder uma série de noções sobre a ligação do âmbito terrestre com o divino, a boa governança e a boa justiça, às quais aproximavam ainda mais o soberano a Deus (ORMROD, 2011, p.321-322).

### A Concessão do Perdão

Após isto, o rei, ainda deixando seus hóspedes parados em pé, como disseram algumas pessoas, foi com o seu irmão Clarence para essa recepção, o qual ele recebeu de coração, e prometeu-o largamente a sua graça e bom amor e, a partir de então, eles todos juntaram-se a recepção do rei, ao entrar na festa foram

---

<sup>15</sup> “[...] vnder his banere displaied comaunded be saide Lord Welles & Sir Thomas Dymmonke to be executed, & soo furthwithe proceding ayeinst his distressed mo bem xxx m<sup>1</sup> men, vsyng berewith plentyvously his mercy in saving of beire livez of his poure & wreched communs.”.

acolhidos e alegremente recebidos pelos outros com perfeita simpatia.<sup>16</sup> (HISTORY, 2019, p.167).

No trecho acima, retirado da *History of the Arrival* [...], temos o indulto direcionado ao irmão do rei, George Plantagenet, duque de Clarence, e aos seus dependentes – destacando-se entre estes a inclusão de sua esposa, filha do conde de Warwick, com a qual ele se casou em segredo e sem a permissão do soberano – descrevendo a comoção da corte ao recebê-los e a boa vontade do Edward IV para eles, aplicando largamente a sua graça e amor. Em ambas as crônicas, as narrativas sobre a concessão do perdão se mostram mais do que simples usos de um objeto para a organização social ou para a formação de alianças, exibem as virtudes do monarca e as suas idiosincrasias, isto é, constroem uma personalidade caridosa e piedosa enquanto apontam o afeto e confiança que ele possuía com os seus nobres – reforçando, neste sentido, a maldade dos seus inimigos ao cometerem suas traições e verterem o bom sangue cristão.

A misericórdia real era largamente determinante das relações entre os reis e os grandes nobres, o seu uso não entrava simplesmente em momentos específicos, mas poderia e deveria ser utilizada de acordo com a consciência e vontade do monarca e em qualquer momento que se fizesse necessário, sendo um dos votos do juramento da sua coroação. Porém, a partir do reinado de Richard II e no próprio governo de Henry VI, apresentam-se discussões sobre até que ponto tais atos realmente estariam submissos a unicamente as regalias do monarca. Em ambos os casos os nobres e seus descontentamentos mostram-se como decisivos para a remoção destes, especialmente através de afirmações debruçadas sobre atitudes maléficas e viciosas – sendo Richard II acusado por ser um rei tirânico e violento, enquanto Henry VI é denunciado por perseguir toda a família e a aliados do duque de York. O indulto régio possuiu um papel determinante na não permanência de ambos os reis mostrando-nos uma certa expectativa dos nobres sobre a importância que ele teria dentro da monarquia.

Lançando mão do caso da ofensa de Henry VI para com Richard, duque de York, pode-se observar de forma mais clara a difusão que os assuntos sobre a misericórdia tomavam no reino, bem como as acusações feitas sobre o dito rei em sua deposição. Após as contínuas tentativas do duque em remover o soberano e suas várias críticas sobre a coroa e seus conselheiros, levanta-se ao parlamento a discussão sobre quais medidas seriam

---

<sup>16</sup>“After this, the kynge, yet levinge his hooste standyng still, withe the sayde few persons went withe his brothar of Clarence to his hoste, whome he hertily welcomyd, & promised hym largely of his grace and good love, &, from thens, they all came hoole togythars to the kyngs hooste, when ethar party welcomyd & jocundly receyvyd other withe perfect frindlynes”.

tomadas para punir tal nobre e todos os seus aliados. O desejo dos parlamentares e do rei naquele momento era de confiscar todos os bens do duque, sem a possibilidade de clemência, proibindo que até mesmo os seus descendentes, após a sua morte, efetuassem o processo para revogar a decisão. A importância do julgamento e os comentários sobre as possíveis decisões espalham-se pelo reino, dividindo as opiniões e causando a escrita de alguns comentários sobre o papel da misericórdia e piedade régia. Muitos apontavam que a governança sem misericórdia resultava na tirania, sendo a primeira um dos atributos mais importantes da monarquia, porém declaravam que as medidas apresentadas se mostravam fora de proporção e o amplo apoio que York possuía dos súditos ingleses causou comoção sobre o caso. Após a intercessão da duquesa, Henry VI concede o perdão à Richard Plantagenet e todos os seus aliados.

Através disto podemos observar que a misericórdia e piedade, tal como apontadas no juramento, não eram simplesmente vinculadas à consciência e vontade do soberano, incluíam complexas relações políticas entre a coroa e os súditos, as quais eram determinantes para a impressão que o monarca causava entre esses. Dentre as diversas possíveis formas de concessão do perdão, os quais, em alguma medida, apresentavam uma segurança para os súditos contra as inquietudes causadas pela lei positiva, tendo em vista que quaisquer casos poderiam ser apresentados perante a coroa, destaca-se o papel fundamental da anistia política dentro da dinâmica do convívio social, especialmente nas alianças entre os lordes e barões e o rei. Entretanto, ainda assim, por não se ter dentro da legislação inglesa uma delimitação e definição para as mitigações, culmina-se na flexibilização das decisões, isto é, para um mesmo crime nem sempre haveria uma mesma resposta.

Dessa forma, não é surpresa percebermos uma diferenciação na maneira que Edward IV escolhe agir sobre os crimes do conde de Warwick e do duque de Clarence e na sentença promulgada para os líderes da rebelião, Sir Robert Welles e Sir Richard Warin. Enquanto esses são executados pelas suas faltas, recebendo a rigidez e o rigor da lei, aqueles são novamente contemplados com a mercê régia e solicitados a comparecerem na presença do rei. A concessão do indulto geralmente aparece nas narrativas da *Chronicle of the Rebellion* [...] e da *History of the Arrival* [...] ou como uma forma de negociação, mostrando-se vantajosa tanto para o soberano quanto para o nobre, ou como um ato das virtudes e da personalidade do soberano, por exemplo, ao conceder o indulto a George Neville (1432-1476), arcebispo de York e irmão do conde de Warwick, o cronista afirma que:

O Arcebispo de York, entendendo a chegada do rei e sua aproximação da cidade, enviou uma carta secreta para ele desejando ser admitido em sua graça, sob um bom acordo, prometendo a partir de então lhe conceder grande prazer para o seu bem e sua certeza, para o qual o rei, por boas causas e considerações, aceitou então o ter em sua graça.<sup>17</sup> (HISTORY, 2019, p.171).

Dentro dos eventos da guerra e da narrativa das crônicas, tal concessão não passa despercebida, pois o arcebispo era um aliado próximo ao conde de Warwick e ao duque de Clarence, tomando um papel significativo em suas traições desde a tentativa de 1469. Antes mesmo da chegada de Edward IV com suas forças a Londres, o Arcebispo Neville conjuntamente com o Barão Sudeley, Ralph Boteler (1384-1473), tentam fazer um desfile com Henry VI pelas ruas da cidade a fim de levantar apoio para a sua causa e ganhar o coração dos súditos, porém, a precária situação do soberano, sua doentia figura, apenas trouxe desprestígio para a dinastia (ROSS, 1974, p. 166). Sendo assim, a ação de Neville e sua disposição em voltar para as graças do herdeiro de York não foi impensada, Henry VI não mais sustentava o apoio dos comuns e dos nobres, resultando em mais um caso da concessão da clemência do soberano para com os seus antigos inimigos e apoiadores próximos do conde. Dessa forma, o Conselho Comum de Londres decidiu que nenhuma força de resistência seria feita para a chegada de Edward e que eles estariam

[...] completamente dispostos em favor do rei [Edward IV] e teriam a cidade aberta para a sua chegada. Eles, da cidade, também consideravam que ele está notavelmente acompanhado de bons, hábeis e bem-intencionados homens, os quais, por nenhum poder, ou resistência que pudesse ser feita, poupariam a tentativa e os prejuízos de tomar a cidade por todos os meios possíveis, do qual eles não falhariam, considerando que o rei naquele momento possuía muitos grandes e importantes amigos, amantes e servos dentro da dita cidade, os quais não falhariam em efetuar esforços para tê-la aberta a ele [...].<sup>18</sup> (HISTORY, 2019, p.170).

Após a conquista de Londres, Edward e suas tropas não tiveram muito descanso e logo em seguida se reorganizaram e seguiram para o combate com o conde de Warwick e suas forças, a qual ocorreu no Domingo de Páscoa antes mesmo do amanhecer. Para além do importante papel que as graças e vontades de Deus, a Santa senhora e São Jorge tiveram no amparo ao soberano, destaca-se as virtudes dos homens que o acompanhavam

<sup>17</sup>“Th’Archebysshope of Yorke, vnderstondyng the kyngs commynge and approchinge nere to be citie, sent secretly vnto hym desyringe to be admittyd to his grace, and to be vnder good appoyntement, promittyng therefore to do vnto hym great pleaswre for his well & swertye, wherevnto the kyng, for good cawses and consyderations, agreed so to take hym to his grace.”

<sup>18</sup> “[...] were fully disposed to favowr the kyng, and to have the citie opne vnto hym at his comynge. The of the citie also consyderyd, that he was notably well accompanied withe many good, hable, and well willed men, whiche, for no power, nor no resistance that myght be made would spare to attempt & juperte be takynge be citie, by all wayes posseble, whereof they ne shuld have failled, consideringe that the kyng at that tyme had many greate and myghty frinds, lovars, and servitars whithein the sayd citie, whiche would not have fayled by dyvers enterpreises [to] have made the citie open vnto hym [...]”.



apresentando a “[...] fiel, bem-amada e poderosa assistência dos seus colegas, que em grande número não se separaram de sua pessoa, e eram tão confiantes nele quanto fosse possível [...]”<sup>19</sup> (HISTORY, 2019, p.174). Quando a névoa que assolou o campo de batalha naquela manhã abaixou, após três horas ou mais de conflito, Edward IV e suas forças haviam vencido,

[...] dada a ele por Deus, através da mediação da mais abençoada virgem e mãe, nossa Santa Senhora Maria, pelo glorioso mártir Santo Jorge, e todos os outros santos do Céu, mantendo sua disputa verdadeira e direita, com múltiplas bondades e contínuas preces, as quais muitas pessoas devotas, religiosas e outras, que não pararam de suplicar a Deus por sua boa velocidade [...]. E apesar que a vitória tenha permanecido com o rei, ela ainda não foi sem grande perigo e dores, pois lá foram assassinados no campo os Lordes Cromwell, o Lorde Say, o filho e herdeiro do Lorde Mountjoies, e muitos outros cavaleiros, e escudeiros, bons soldados da cavalaria, e muitos outros baixos servos do rei.<sup>20</sup> (HISTORY, 2019, p. 174).

Seja no embate com as forças do conde, seja no confronto com o exército da rainha Margaret D’Anjou, ou na rebelião do Bastardo de Fauconberg, Thomas Neville, Edward IV opta por libertar os soldados prisioneiros dos exércitos Lancaster, julgando e executando apenas os nobres que já haviam sido perdoados uma vez por ele e ainda assim decidiram se rebelar, os quais mostravam não possuir lealdade ou gratidão para com a sua pessoa (ROSS, 1974, p.168). O corpo do conde de Warwick e do Marquês de Montagu (1431-1471) foram levados para a catedral de Santo Paulo em Londres, e lá “[...] abertamente mostrados para todas as pessoas, com a intenção de que a partir de então, as pessoas deveriam não confiar em falsas sedutoras histórias [...]” (HISTORY, 2019, p.175)<sup>21</sup> sobre as suas mortes e assim impedindo a possibilidade de incidirem revoltas em seus nomes. Ao contrário do que comumente era feito, o soberano não ordenou que seus restos fossem esquartejados e empalhados em uma ponte ou algum portão, mas sim os enviou para serem enterrados no jazigo da família na Abadia de Bisham, mostrando sua clemência para com os seus até após suas mortes.

<sup>19</sup> “[...] faythefull, welbelovyd, & myghty assystaunce of his felawshipe, bat in great nombar deseveryd nat from his parson, & were as well asswred vnto hym as to them was posseble [...]”.

<sup>20</sup> “[...] gyven to hym by God, by be mediation of the moast blesseyd virgen & modre, ovr Lady Seint Mary, be gloriows Seint George, & all the saynts of Heven, mayntaynyng his qwarell to be trew & rightwys, withe manyfold good & contynuall prayers, whice many devowt persons, religiows and othar, ceasyd not to yelde vnto God for his good spede [...]. And albehit be vyctorye remayned to be kyng, yet was it not without grete dangar & hurt, for ther were slayne in be filde the Lords Cromwell, the Lord Say, the Lord Mountjoies sonne & heyre, and many othar good knyghts, & squires, gode yemen, and meny othar meniall servaunts of be kyngs.”.

<sup>21</sup> “[...] openly shewyd to all the people, to th’entent that aftar that, the people shuld not be abused by feyned seditiows tales [...]”.

Para além das descrições efetuadas sobre a misericórdia e piedade, os cronistas também buscam caracterizar o monarca por suas outras virtudes, as quais, embora apareçam em menor quantidade e destaque do que essas, merecem ser mencionadas. Dentro das descrições sobre os conflitos do retorno de Edward IV para a Inglaterra e a reconquista do reino, apresenta-se, após a tomada de Londres e anterior a batalha contra o conde de Warwick, o reencontro dele com a sua rainha, Elizabeth Woodville. O cronista narra tal união, assinalando que “[...] o rei foi para Westminster, e lá honrado, fez suas devotas orações, e deu seus agradecimentos a Deus, São Pedro e São Eduardo, e então foi até a rainha, e a confortou [...]” (HISTORY, 2019, p. 171)<sup>22</sup>. Durante o desenrolar das disputas, assim que os Lancaster retomam o poder do reino, a rainha foge para a Abadia de Westminster solicitando refúgio em santuário a fim de proteger a si mesma e suas filhas, nascendo nesse local, em novembro de 1470, o futuro, Edward V (1470-1483). Descreve-se, portanto, Edward IV como devoto e grato a Deus, amoroso esposo e alegre pai, o qual após oito anos de matrimônio foi presenteado com o seu primeiro filho e herdeiro legítimo, consolidando assim ainda mais o seu reinado e a sua dinastia.

Para além dessa passagem, convém destacar que a religiosidade do monarca e as graças divinas sobre a sua causa são ressaltadas em todos os momentos das crônicas. Assinala-se não só constantes agradecimentos, apresentando “[...] Deus, nossa abençoada Senhora, São Jorge, e todos os santos como nossa testemunha e os únicos que podem colocar cobranças sobre os mesmos, e não nós.”<sup>23</sup> (CHRONICLE, 2019, p.145), mas também sinais e lindos milagres que indicariam um “[...] bom sinal, tomando como boa e próspera a sua aventura e que Deus o enviaria naquilo que precisasse ser feito, e, lembrando da sua promessa, ele honrou Deus e Santa Ana, naquele mesmo lugar, e deu suas ofertas.”<sup>24</sup> (HISTORY, 2019, p. 169).

O dito soberano será amplamente contraposto com a figura de Henry VI, o qual é conhecido por possuir uma aparência retraída e doentia, sendo frequentemente impedido de comandar o reino por perder o senso, a memória e ficar incapaz de usar os membros de seu corpo. Autores contemporâneos, que apoiavam o seu reinado e possuíam admiração por tal monarca, descrevem o herdeiro Lancaster como simples de mente, verdadeiro, cumpridor

---

<sup>22</sup> “[...] the kynge went to Westmynstar, there honoryd, made his devout prayers, & gave thankyngs to God, Saynt Petre, & Saint Edward, and than went to the qwene, and confortyd hir [...]”.

<sup>23</sup> “[...] God, our blissed Lady, Saynt George, & all be saintes to our wittenesse bat ye be oonly to be charge withe be same, & not we.”.

<sup>24</sup> “[...] good signe, and token of good & prosperows aventure that God wold send hym in that he had to do, and, remembringe his promyse, he honoryd God and Seint Anne, in that same place, & [gave] his offrings”.

de suas promessas, o qual nunca machucaria alguém por consciência e cumpria o seu governo com justiça e retidão, sempre recomendando aos seus buscarem as virtudes e negarem o mal, acima de tudo, atestavam a sua devoção e religiosidade, o compromisso de suas ações de acordo com a sua consciência e com a vontade de Deus (GILES, 1843, p. XLIX). Nesta esteira, ao falarem sobre as virtudes de Edward IV os cronistas apontam principalmente aspectos para além das questões supracitadas sobre o perdão, que distanciam ambas as figuras e incidem seus elogios sobre a sua coragem e destreza.

A concessão do perdão poderia não ser o único instrumento para a manutenção da paz e do poder, revoltas tais como as que ocorreram com Henry IV<sup>25</sup> (1367-1413) após tomar o trono de Richard II e como as que observamos no reinado de Edward IV, normalmente eram fomentadas por nobres da oposição que, uma vez perdoados, puderam recuperar suas forças e exigiram, portanto, o uso de outras virtudes por esses soberanos. Entretanto, dentro do convívio da corte e, até mesmo, do reino, tais políticas piedosas para estes governantes mostraram-se como úteis e determinantes na legitimação do seu poder, apresentando-se um equilíbrio em exercerem o rigor da sua lei ou o ato da graça de acordo com a sua consciência, sendo tal moderação uma manifestação da sua prudência. Através das descrições efetuadas nas crônicas, percebemos a representação do herdeiro de York como um monarca prudente, o qual de acordo com as suas idiossincrasias e com a lei inglesa agiu ou com a concessão do perdão, ou com a execução da sua justiça, tendo sempre em vista o bem-comum dos seus súditos e a instauração da paz no reino.

## Conclusão

Os anos que marcam a Guerra das Rosas mostram-nos uma grande instabilidade no reino inglês, assim como todos os períodos de conflitos o são, nos quais seus líderes lançam mão dos problemas vigentes a fim de consolidar o seu poder e legitimar o seu direito ao trono. Tendo em vista o crescimento da autoridade e interferência da nobreza, especialmente dos componentes do Parlamento, nas decisões tomadas pela coroa e no responsável por utilizá-la, as ações efetivadas pelo monarca não mais poderiam ser guiadas por suas regalias ou por questões que considerava serem pertinentes, mas deveriam sim

---

<sup>25</sup> Dentro do conflito para a retirada de Richard II do trono, Henry IV busca se mostrar como o oposto a todos os vícios cometidos pelo antigo soberano, especialmente no que concerne seus atos de violência e vingança. Portanto, o mais novo monarca efetua diversas políticas de concessão do perdão, as quais, para além de serem criticadas por autores contemporâneos, resultam em sucessivas revoltas dos lordes nos anos de 1403 e 1405 (ORMROD, 2015, p. 331).

convergir com as petições dos seus súditos. Paralelamente, os comuns e as revoltas populares ganharam força dentro desta nova disposição, sendo o seu consentimento ou não destacado e referenciado nos documentos deste período. Dessa forma, tais relações mostram um cenário no qual quatro elementos são determinantes para a permanência régia dentro da Inglaterra, os quais deveriam estar minimamente em concordância entre si sobre as medidas e resoluções tomadas pelo poder: a nobreza, os comuns, as idiossincrasias do soberano e, acima de tudo, o divino.

Fundamentando-se nas denúncias efetuadas pelos seus, Edward IV apresenta suas virtudes através da negativa dos vícios dos seus inimigos, ou seja, mostrando não só o que ele é, mas principalmente o que não é. Tais valores não são despropositados, o presente texto mostrou as necessidades de um período, as ações do herdeiro de York voltam-se para os problemas apresentados pelos comuns e nobres evidenciados não só na revolta de Jack Cade em 1450, mas também nos Paramentos e nas petições apresentadas. Ao analisar as crônicas e a construção das narrativas, observa-se o intuito de seus autores em apresentar os atos do soberano como condizentes com o consenso das demandas feitas pelos nobres e comuns, aceitos pela graça de Deus e todos os Santos e inerentes a sua personalidade. Dessa forma, ao incidirem seus elogios e defesas sobre o perdão e a misericórdia de Edward Plantagenet, revelam-se as justificativas pelas quais tais homens e tais poderes o encaravam como a melhor escolha para o trono.

---

#### JUSTICE AND MERCY: THE ROLE OF THE ROYAL PARDON IN ENGLAND OF THE 15TH CENTURY

**Abstract:** In England from 1455 to 1485, amidst several other conflicts, a dynastic dispute called War of the Roses took place, in which the nobles and other subjects of the kingdom sought different justifications to defend or attack the two prominent royal houses, the Lancaster - headed by Henry VI (1421-1471) – and York – represented by Edward Plantagenet (1442-1483). As the clashes unfolded and with the constant changes in the throne, the requests for royal pardon increased, hoping to count on the pious qualities of the sovereign. With this in mind, using two chronicles, the *Chronicle of the Rebellion in Lincolnshire, 1470* and the *History of the Arrival of Edward IV in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI* (1471), both developed by anonymous authors, we will work the descriptions about the granting of pardon and the way that such narratives sought to exalt the virtues of then King Edward IV (1461-1470; 1471-1483). Since the sovereign should act in the name of the commonweal, supported by the values of Christian morality, we will seek to show how such writings justified the legitimacy of this monarch and his actions in war through his piety and mercy, showing us the importance that such characteristic had for the longevity of the reign of Edward IV and the organization of the English kingdom.

**Keywords:** Royal Pardon. England. 15th century.

---

---

### Justice et miséricorde: le rôle du pardon royal en Angleterre du 15ème siècle

**Resumé:** En Angleterre, au cours des années 1455 à 1485, au milieu de plusieurs autres conflits, une dispute dynastique appelée Guerre des Roses a eu lieu, dans laquelle les nobles et autres sujets du royaume ont cherché différentes justifications pour défendre ou attaquer les deux maisons royales éminentes, les Lancastre - dirigé par Henri VI (1421-1471) - et York - représenté par Edward Plantagenet (1442-1483). Au fur et à mesure des affrontements et des changements constants du trône, les demandes de grâce royale se multiplient, en attendant pouvoir compter sur les qualités pieuses du souverain. Dans cet esprit, à l'aide de deux chroniques, la *Chronicle of the Rebellion in Lincolnshire, 1470* et *History of the Arrival of Edward IV in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI* (1471), toutes deux développées par des auteurs anonymes, nous travaillera les descriptions sur l'octroi du pardon et la manière dont ces récits cherchaient à exalter les vertus du roi Edouard IV (1461-1470; 1471-1483). Puisque le souverain doit agir au nom du *commowal*, soutenu par les valeurs de la morale chrétienne, nous chercherons à montrer comment de tels écrits justifiaient la légitimité de ce monarque et ses actions dans la guerre par sa piété et sa miséricorde, nous montrant l'importance qu'une telle caractéristique avait pour la longévité du règne d'Edouard IV et l'organisation du royaume anglais.

**Mots-clés:** Pardon Royal. Angleterre. XVe siècle.

---

### Referências

#### Fontes

**CHRONICLE of the rebellion in Lincolnshire, 1470.** Ed. John Gough Nichols. London: The Camden Society, 1847.

CHRONICLE of the rebellion in Lincolnshire. In: EMBREE, Dan; TAVORMINA, M. Teresa. **The Contemporary English Chronicles of the Wars of the Roses**, Suffolk: The Boydell Press, 2019.

**HISTORY of the arrival of Edward the Fourth in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI.** Ed. Bruce John. London: The Camden Society, 1838.

HISTORY of the arrival of Edward IV in England and the final recovery of his kingdoms from Henry VI. In: EMBREE, Dan; TAVORMINA, M. Teresa. **The Contemporary English Chronicles of the Wars of the Roses**, Suffolk: The Boydell Press, 2019.

#### Bibliografia

ALLMAND, Christopher. **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, vol. 2.

BEJCZY, István Pieter. **The Cardinal Virtues in the Middle Ages: a study in moral thought from the fourth to the fourteenth century**. Leiden e Boston: Brill, 2011.

\_\_\_\_\_; NEDERMAN, Cary J. (Eds.). **Princely Virtues in the Middle Ages 1200-1500**. Turnhout: Brepols, 2007.

\_\_\_\_\_; NEWHAUSER, Richard G. (Eds.). **Virtue and Ethics in the Twelfth Century**. Leiden/Boston: Brill, 2005.

BELLAMY, John G. **The Law of Treason in England in the Later Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BRAND; CURRY; GIVEN-WILSON; et all. (eds.). Richard II: January 1395. In: **Parliament Rolls of Medieval England**. Woodbridge: Boydell, 2005. British History Online, <https://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval/january-1395> [acesso em 07 de novembro de 2021].

\_\_\_\_\_. Edward IV: November 1461. In: **Parliament Rolls of Medieval England**. Woodbridge: Boydell, 2005. British History Online, <http://www.british-history.ac.uk/no-series/parliament-rolls-medieval/november-1461> [acesso em 07 de novembro de 2021].

BRIGGS, Charles F. **Giles of Rome's De Regimine Principum: reading and writing politics at court and university c. 1275 – c.1525**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

\_\_\_\_\_; FOWLER, David C.; REMLEY, Paul G. (eds.). **The Governance of Kings Princes John Trevisa's Middle English Translation of The De Regimine Principum of Aegidius Romanus**. Abingdon: Routledge, 2014.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Bauru: EDUSC, 2004.

CLANCHY, Michel. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Hoboken: Blackwell Publishers, 1993.

COLLEMAN, Janet. **Ancient and Medieval Memories. Studies in the reconstruction of the past**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

D. DUARTE. **Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela, escritos pelo Senhor D. Duarte**. Lisboa: na tipografia Rallandiana, 1843.

DENTON, Jeffrey (eds.). **Orders and hierarchies in Late Medieval and Renaissance Europe**. Problems in Focus: Manchester, Macmillan Press, 1999.

DODD, Gwilym; TAYLOR, Craig (eds.). **Monarchy, State and Political Culture in Late Medieval England. Essays in honour of W. Mark Ormrod**. York: York Medieval Press, 2020, vol.1.

DOWNES, Stephanie; LYNCH, Andrew; O'LOUGHLIN, Katrina (eds.). **Writing war in Britain and France, 1370-1854: A History of emotions**. Abingdon: Routledge, 2019.

DUNHAM, William H.; WOOD, Charles T. The Right to Rule in England: Depositions and the Kingdom's Authority, 1327-1485. **The American Historical Review**, vol. 81, n. 4, p. 738-761, 1976.

FORTESCUE, Sir John. **On the Laws and Governance of England**. Ed. Shelley Lockwood. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GILES, John Allen. **The Chronicles of the White Rose of York: a series of historical fragments, proclamations, letters, and other contemporary documents relating to the reign of King Edward the Fourth**. With notes and illustrations and a copius index. London: James Bohn, 1843.

GIVEN-WILSON, Chris. **Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages: The English evidence in context**. In: KOOPER, Erik (ed.). **The Medieval Chronicle V**. Amsterdam/New York: Brill/Rodopi, 2008; p. 1-16.

\_\_\_\_\_. **Chronicles: the writing of History in Medieval England.** London/New York: Hambledon & London, 2004.

GRANSDEN, Antonia. **Historical writing in England II c.1307 to the Early Sixteen Century.** Abingdon: Routledge, 1996.

HARDING, Alan. **Medieval Law and the Foundations of the State.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio.** Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005.

HICKS, Michael. **The Wars of the Roses 1455-1487.** Oxford: Osprey Publishing, 2003.

HORROX, Rosemary; ORMROD, Mark. **A Social History of England, 1200-1500.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HOWARD, Thomas. **Howard's Chronicle (1517-1524).** In: EMBREE, Dan; TAVORMINA, M. Teresa. **The Contemporary English Chronicles of the Wars of the Roses,** Suffolk: The Boydell Press, 2019.

KILLICK, Helen; SMITH, Thomas W. (eds.). **Petitions and Strategies of Persuasion in The Middle Ages: the English Crown and the Church, c.1200-c.1550.** York: York Medieval Press, 2018.

KINGSFORD, Charles. **English Historical Literature in the Fifteenth Century.** New York: Burt Franklin, 1913.

LACEY, Helen. **The Politics of Mercy: The Use of The Royal Pardon in Fourteenth Century England.** York: University of York, 2005.

LEITCH, Megan. **Romancing Treason, The Literature of the Wars of the Roses.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

LEWIS, Peter S. **War Propaganda and Historiography in Fifteenth-Century France and England.** Londres: Royal Historical Society, 1965.

MOWAT, Robert B. **The Wars of the Roses 1377-1471.** London: Crosby Lockwood and Son, 1914.

NEUHAUSER, Richard; RIDYARD, Susan (eds.). **Sin in Medieval and Early Modern Culture, the tradition of the seven deadly sins.** Suffolk: York Medieval Press, 2012.

ORME, Nicholas. **From Childhood to Chivalry: The education of the English kings and aristocracy 1066-1530.** London: Methuen Publishing, 1984.

ORMROD, Mark W. **The King's Mercy. An attribute of later medieval English monarchy.** In: **Les vecteurs de l'idéal, Le pouvoir symbolique entre Moyen Âge et Renaissance, La légitimité implicite II,** Roma, dezembro, 2011.

POLLARD, Anthony James. **The Wars of the Roses.** New York: Macmillan Education, 1988.  
\_\_\_\_\_. (org.). **The Wars of the Roses.** New York: Macmillan Education, 1995.

PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça: Do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICHARDSON, H. G. The Coronation in Medieval England: the evolution of the Office and the Oath. In: **Tradition. Studies in Ancient and Medieval History, Thought, and Religion**, v. 16, 1960, p.111-202.

ROSS, Charles. **Edward IV**. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1974.

ROSENTHAL, Joel T. **Telling Tales: Sources and Narration in Late Medieval England**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2003.

RUSSEL, Frederick H. **The Just War in the Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

SEWARD, Desmond. **A Brief History of The Wars of the Roses: the bloody rivalry for the throne of England**. Londres: Robinson, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

YATES, Frances A. **A Arte da Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

---

#### SOBRE A AUTORA

**Vitória de Sant'Ana Amorim Ramos** é mestranda em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

---

Recebido em 18/08/2021

Aceito em 11/01/2022